



Proc: _____ Fls: _____

Ass: _____

Setor de Licitações

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO nº 90034/2026

CONTRATANTE (UASG: 985821)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela rede socioassistencial do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos usuários dos serviços, programas e benefícios da política de assistência social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 955.584,00 (novecentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e oitenta e quatro reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 14/05/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	6
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	6
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	8
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	8
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	10
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	11
8. DA FASE DE JULGAMENTO	14
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	16
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	19
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	20
12. DOS RECURSOS	21
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	21
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

Processo Administrativo nº.197/2026

UASG: 985821

Torna-se público que a Fundo Municipal de Assistência Social, por meio do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Cantagalo, sediado na Rua Vereador Francisco Eugênio Vieira, 300 - Sala 101, Centro, Cantagalo - RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério do MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos Decretos nº 3.982/2023 e Decreto nº 4.131/2024, Portaria Municipal nº 9.980/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela rede socioassistencial do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos usuários dos serviços, programas e benefícios da política de assistência social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será em um único item conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	CATMAT	U / C	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Cesta básica embalada em plástico transparente	Cesta	Cesta	4.800	199,08	955.584,00

1.3. Detalhamento da especificações, quantitativos e valores máximos admitidos:

CESTA BÁSICA EMBALADA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE CONTENDO OS SEGUINTE ITENS:	CATMAT	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1 Pacote de Arroz Agulhinha de 5 Kg – Tipo 1 (Arroz, agulhinha, grupo beneficiado, sub grupo polido, tipo 1, classe longo fino, constituído de grãos inteiros, com teor de umidade recomendada de 14%, obedecendo os limites máximos de tolerância de impurezas) Validade mínima de 6 meses	472895	4.800	R\$ 22,00	R\$ 105.600,00

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

1 Pacote de Feijão Preto – 1Kg Tipo 1 (Características: O produto feijão “in natura” deverá ser de safra corrente e obedecer aos limites máximos de tolerância de defeitos do grupo I, tipo I, conforme anexo e item 4.4, da Portaria 161, de 24/07/87, do Ministério da Agricultura, complementada pelas Portarias nºs 08, de 19/08/87 e 10, de 12/04/96, do Ministério da Agricultura, para efeito de classificação. Características Organolépticas: aspecto: grãos; cor: característica da espécie; odor: próprio. O produto, após o preparo, conforme instruções da embalagem, deverá apresentar-se com cozimento uniforme.) Validade mínima de 6 meses	462894	4.800	R\$ 6,41	R\$ 30.768,00
1 Pacote de pó de café com 500gr (torrado e moído – nacional de primeira qualidade. Características Organolépticas: aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio.) Validade mínima de 6 meses	19766	4.800	R\$ 28,61	R\$ 137.328,00
1 Unidade de óleo de soja - 900 ml. – Características Organolépticas: própria; aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio. Validade mínima de 6 meses	463692	4.800	R\$ 9,25	R\$ 44.400,00
1 Pacote de macarrão de 1kg tipo “espaguete” (Características Organolépticas: aspecto: característico; cor: característica; odor: característico.) Validade mínima de 6 meses	458952	4.800	R\$ 7,66	R\$ 36.768,00
2 Latas de sardinha em óleo COM 125g cada – (nacional, rica em ômega 3 Características Organolépticas: próprias; aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio) Validade mínima de 6 meses	6065	9.600	R\$ 5,94	R\$ 57.024,00
1 Pacote de sal - 1KG (Características: cloreto de sódio extrato de fontes naturais, recristalizadas, com teor mínimo de 98,5% de cloreto de sódio sobre a substância seca, adicionado de anti-umectante e iodo. Características Organolépticas: aparência: cristais de granulação uniforme, não devendo estar pegajoso ou empedrado; cor: branca; sabor: característico (salino)). Validade mínima de 6 meses	448219	4.800	R\$ 1,82	R\$ 8.736,00
1 Pacote de açúcar cristal de 2KG (Açúcar, tipo cristal, composição de origem vegetal, sacarosi de cana de açúcar, aplicação adoçante, características adicionais, 1ª qualidade) - Validade mínima de 6 meses	463989	4.800	R\$ 4,90	R\$ 23.520,00

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

2 Pacote de Farinha de Milho Fina- Fubá DE 1 KG - (Características: O produto deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitos, não podendo estar úmido, fermentado ou rançoso. Características Organolépticas: aspecto: pó fino ou granulado; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio) Validade mínima de 6 meses	470688	9.600	R\$ 4,00	R\$ 38.400,00
2 Canjiquinha de milho – amarela- Pacote de 1 Kg Características Organolépticas: próprias; aspecto: próprio; cor: amarela; odor: próprio; sabor: próprio) Validade mínima de 6 meses	19694	9.600	R\$ 3,69	R\$ 35.424,00
1 Extrato de tomate- embalagem de 300 gramas – Tipo Sachê Extrato de tomate feito de tomates cozidos e reduzidos. Contendo tomate, açúcar e sal. Por ser um produto concentrado, não possuir conservantes, corantes ou especiarias adicionais. Validade mínima de 6 meses	459680	4.800	R\$ 3,30	R\$ 15.840,00
1 Farinha de Trigo sem fermento pacote de 1KG - (nacional de primeira qualidade. Características Organolépticas: aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio) Validade mínima de 6 meses	480337	4.800	R\$ 7,10	R\$ 34.080,00
1 Pacote de Farinha de Mandioca de 1kg (aspecto: pó fino; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio) Validade mínima de 6 meses	458919	4.800	R\$ 5,62	R\$ 26.976,00
1 Pacote de biscoito de Maisena de 400 gramas (Biscoito sabor maisena, doce em embalagem íntegra, rotulagem de acordo com a legislação vigente) Validade mínima de 6 meses	0883	4.800	R\$ 4,42	R\$ 21.216,00
1 Pacote de Biscoito Salgado – Tipo Cream Cracker - - Pacote de 350 gramas Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, óleo vegetal, açúcar, sal, fermento químico. Validade mínima de 6 meses	456468	4.800	R\$ 4,89	R\$ 23.472,00
1 Pacote de Leite em pó integral – 400 gramas - (embalado com aspecto próprio, cor própria, odor próprio, sabor próprio) Validade mínima de 6 meses	446019	4.800	R\$17,48	R\$ 83.904,00

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

2 Latas de Almondega ao molho enlatada -Lata de 420 gramas Molho(água, polpa tomate, tomate, cebola, amido mod., açúcar, alho, sal, óleo veg. Salsinha, páprica, manjeriço, pimenta, pimenta preta, alecrim, tomilho, cominho, dextrose, orégano, manjerona, estragão, segurelha, salsa, sálvia), almôndega (carne bov., CMS, cebola, farinha rosca, prot.de soja, farinha trigo, mix(farinha arroz, sal, amido mod., cebola, amido, açúcar, óleo e gordura veg., aroma id. ao nat., glutamato monos., inosinato de sódio, guanilato de sódio), sal, fécula, açúcar, salsa, alho, pimenta, trifosfato pentas., cor. caramelo) Validade mínima de 6 meses	461525	9.600	R\$ 11,00	R\$ 105.600,00
2 Lata de Doce de Leite de 395 gramas Composição: Leite integral e/ou leite em pó integral reconstituído, açúcar, cloreto de sódio, lactose e conservador sorbato de potássio. Validade mínima de 6 meses		9.600	R\$ 10,07	R\$ 96.672,00
1 Garrafa de Suco Concentrado de Caju- 500 ml - Validade mínima de 6 meses	0948	4.800	R\$ 6,22	R\$ 29.856,00
VALOR TOTAL			R\$ 199,08	R\$ 955.584,00

1.3.1. Os licitantes deverão atentar-se somente às descrições contidas no Termo de Referência, Anexo I do edital, para elaborarem suas propostas, pois as descrições dos CATMAT's nem sempre são totalmente compatíveis com o solicitado

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A licitação é de Ampla Concorrência.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, o e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.8.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.8.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.12 Pessoas físicas;

3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.4 e 3.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.8.4 e 3.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.5.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

5.5.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.5.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

5.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

6.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um) centavo.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 7.11. Para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital.
- 7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.20.3 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2 empresas brasileiras;

7.21.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, que consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

Habilitação Jurídica

9.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.6 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.1.7 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.1.8 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.1.9 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.1.10 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.1.11 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual / Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.1.12 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual / Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.1.13 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal / Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.1.14 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.1.15 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.1.16 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.1.17 comprovação de aptidão para o fornecimento de cestas básicas ou gêneros alimentícios, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.1.17.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.1.17.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.1.18 As empresas participantes deverão apresentar Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante.

Declarações

9.1.19 Declaração Conjunta;

9.1.20 Declaração de ME – EPP;

9.1.21 Termo de Ciência e Concordância.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documentos digitais.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.8.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.9.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

- 9.11.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.11.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.11.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.12. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.9.1.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- 10.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 10.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

11.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cantagalo.rj.gov.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

13.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

13.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.6 fraudar a licitação;

13.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 advertência;

13.2.2 multa;

13.2.3 impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Cantagalo-RJ, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

13.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao@cantagalo.rj.gov.br.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

15.8. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

Setor de Licitações

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cantaga.rj.gov.br.

15.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.12.1 Anexo I - Termo de Referência;

15.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

15.12.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

15.12.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

15.12.4 Anexo IV – Modelo de Proposta;

15.12.5 Anexo V – Declaração Conjunta;

15.12.6 Anexo VI – Declaração de ME – EPP

15.12.7 Anexo VII – Regras Aplicáveis ao Instrumento substitutivo do Contrato

15.12.8 Anexo VIII – Termo de Ciência e Concordância.

Cantagalo-RJ, 10 de abril de 2026.

Carlos Alexandre Marques da Silva

Matrícula.: 1841-4

Portaria 9.984/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 O presente objeto consiste na aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela rede socioassistencial do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos usuários dos serviços, programas e benefícios da política de assistência social, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.2 Trata-se de fornecimento de bens comuns, uma vez que os itens que compõem a cesta básica possuem especificações usuais de mercado, padronizadas e amplamente disponíveis, permitindo definição objetiva do objeto e julgamento pelo menor preço.

1.3 O quantitativo estimado é de 4.800 (quatro mil e oitocentas) cestas básicas, a serem fornecidas de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, caracterizando-se como contratação por escopo, sem obrigação de aquisição da totalidade estimada.

1.4 A contratação será formalizada por meio de Ata de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da legislação vigente, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração e comprovado o interesse público.

Cesta básica embalada em plástico transparente contendo os seguintes itens	CATMAT	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1 Pacote de Arroz Agulhinha de 5 Kg – Tipo 1 (Arroz, agulhinha, grupo beneficiado, sub grupo polido, tipo 1, classe longo fino, constituído de grãos inteiros, com teor de umidade recomendada de 14%, obedecendo os limites máximos de tolerância de impurezas) Validade mínima de 6 meses	472895	4.800	R\$ 22,00	R\$ 105.600,00
1 Pacote de Feijão Preto – 1Kg Tipo 1 (Características: O produto feijão “in natura” deverá ser de safra corrente e obedecer aos limites máximos de tolerância de defeitos do grupo I, tipo I, conforme anexo e item 4.4, da Portaria 161, de	462894	4.800	R\$ 6,41	R\$ 30.768,00



PREFEITURA DE
CANTAGALO
União e Trabalho

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

24/07/87, do Ministério da Agricultura, complementada pelas Portarias nºs 08, de 19/08/87 e 10, de 12/04/96, do Ministério da Agricultura, para efeito de classificação. Características Organolépticas: aspecto: grãos; cor: característica da espécie; odor: próprio. O produto, após o preparo, conforme instruções da embalagem, deverá apresentar-se com cozimento uniforme.) Validade mínima de 6 meses				
1 Pacote de pó de café com 500gr (torrado e moído – nacional de primeira qualidade. Características Organolépticas: aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio.) Validade mínima de 6 meses	19766	4.800	R\$ 28,61	R\$ 137.328,00
1 Unidade de óleo de soja - 900 ml. – Características Organolépticas: própria; aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio. Validade mínima de 6 meses	463692	4.800	R\$ 9,25	R\$ 44.400,00
1 Pacote de macarrão de 1kg tipo “espaguete” (Características Organolépticas: aspecto: característico; cor: característica; odor: característico.) Validade mínima de 6 meses	458952	4.800	R\$ 7,66	R\$ 36.768,00
2 Latas de sardinha em óleo COM 125g cada – (nacional, rica em ômega 3 Características Organolépticas: próprias; aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio) Validade mínima de 6 meses	6065	9.600	R\$ 5,94	R\$ 57.024,00
1 Pacote de sal - 1KG (Características: cloreto de sódio extrato de fontes naturais, recristalizadas, com teor mínimo de 98,5% de cloreto de sódio sobre a substância seca, adicionado de anti-umectante e iodo. Características Organolépticas: aparência: cristais de granulação uniforme, não devendo estar pegajoso ou empedrado; cor: branca; sabor: característico (salino)). Validade mínima de 6 meses	448219	4.800	R\$ 1,82	R\$ 8.736,00
1 Pacote de açúcar cristal de				



2KG (Açúcar, tipo cristal, composição de origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, aplicação adoçante, características adicionais, 1ª qualidade) - Validade mínima de 6 meses	463989	4.800	R\$ 4,90	R\$ 23.520,00
2 Pacote de Farinha de Milho Fina- Fubá DE 1 KG - (Características: O produto deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitos, não podendo estar úmido, fermentado ou rançoso. Características Organolépticas: aspecto: pó fino ou granulado; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio) Validade mínima de 6 meses	470688	9.600	R\$ 4,00	R\$ 38.400,00
2 Canjiquinha de milho – amarela- Pacote de 1 Kg Características Organolépticas: próprias; aspecto: próprio; cor: amarela; odor: próprio; sabor: próprio) Validade mínima de 6 meses	19694	9.600	R\$ 3,69	R\$ 35.424,00
1 Extrato de tomate- embalagem de 300 gramas – Tipo Sachê Extrato de tomate feito de tomates cozidos e reduzidos. Contendo tomate, açúcar e sal. Por ser um produto concentrado, não possuir conservantes, corantes ou especiarias adicionais. Validade mínima de 6 meses	459680	4.800	R\$ 3,30	R\$ 15.840,00
1 Farinha de Trigo sem fermento pacote de 1KG - (nacional de primeira qualidade. Características Organolépticas: aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio) Validade mínima de 6 meses	480337	4.800	R\$ 7,10	R\$ 34.080,00
1 Pacote de Farinha de Mandioca de 1kg (aspecto: pó fino; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio) Validade mínima de 6 meses	458919	4.800	R\$ 5,62	R\$ 26.976,00
1 Pacote de biscoito de Maisena de 400 gramas (Biscoito sabor maisena, doce em embalagem íntegra, rotulagem de acordo com a legislação vigente) Validade	0883	4.800	R\$ 4,42	R\$ 21.216,00



mínima de 6 meses				
1 Pacote de Biscoito Salgado – Tipo Cream Cracker - - Pacote de 350 gramas Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, óleo vegetal, açúcar, sal, fermento químico. Validade mínima de 6 meses	456468	4.800	R\$ 4,89	R\$ 23.472,00
1 Pacote de Leite em pó integral – 400 gramas - (embalado com aspecto próprio, cor própria, odor próprio, sabor próprio) Validade mínima de 6 meses	446019	4.800	R\$17,48	R\$ 83.904,00
2 Latas de Almondega ao molho enlatada -Lata de 420 gramas Molho(água, polpa tomate, tomate, cebola, amido mod., açúcar, alho, sal, óleo veg. Salsinha, páprica, manjeriçã, pimenta, pimenta preta, alecrim, tomilho, cominho, dextrose, orégano, manjerona, estragão, segurelha, salsa, sálvia), almôndega (carne bov., CMS, cebola, farinha rosca, prot.de soja, farinha trigo, mix(farinha arroz, sal, amido mod., cebola, amido, açúcar, óleo e gordura veg., aroma id. ao nat., glutamato monos., inosinato de sódio, guanilato de sódio), sal, fécula, açúcar, salsa, alho, pimenta, trifosfato pentas., cor. caramelo) Validade mínima de 6 meses	461525	9.600	R\$ 11,00	R\$ 105.600,00
2 Lata de Doce de Leite de 395 gramas Composição: Leite integral e/ou leite em pó integral reconstituído, açúcar, cloreto de sódio, lactose e conservador sorbato de potássio. Validade mínima de 6 meses		9.600	R\$ 10,07	R\$ 96.672,00
1 Garrafa de Suco Concentrado de Caju- 500 ml - Validade mínima de 6 meses	0948	4.800	R\$ 6,22	R\$ 29.856,00
VALOR TOTAL			R\$ 199,08	R\$ 955.584,00

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 As cestas básicas a serem fornecidas deverão ser compostas por **gêneros alimentícios** de primeira necessidade, destinados ao consumo humano, adequados à segurança alimentar e nutricional, observando rigorosamente as normas sanitárias vigentes e os padrões de qualidade exigidos pelos órgãos reguladores competentes.

I. Requisitos de Qualidade

Os produtos que compõem as cestas básicas deverão ser novos, de primeira linha, íntegros, próprios para consumo, livres de quaisquer defeitos, impurezas, parasitas, sujidades ou sinais de deterioração. Os gêneros alimentícios deverão apresentar características organolépticas preservadas (cor, odor, sabor e textura), compatíveis com o tipo de alimento fornecido.

Todos os itens deverão possuir registro ou dispensa de registro, quando aplicável, junto aos órgãos de fiscalização sanitária competentes, especialmente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, e atender às normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, quando pertinentes.

II. Requisitos de Rendimento e Composição

As cestas básicas deverão conter quantitativos adequados para o atendimento das necessidades alimentares mínimas das famílias beneficiárias, conforme composição definida no Termo de Referência. Os produtos deverão observar os pesos e volumes líquidos especificados, sendo vedado o fornecimento de itens fracionados, reembalados ou em desacordo com a descrição técnica.

III. Requisitos de Durabilidade e Validade

Os produtos alimentícios deverão possuir prazo de validade mínimo remanescente de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total de validade, contado a partir da data de entrega. Não serão aceitos produtos com validade próxima do vencimento ou que comprometam o período de consumo seguro pelas famílias atendidas.

As embalagens deverão ser resistentes, íntegras e adequadas ao transporte e armazenamento, garantindo a preservação da qualidade dos alimentos até o consumo final.

IV. Requisitos de Segurança Alimentar e Sanitária

Os alimentos deverão ser produzidos, acondicionados, transportados e armazenados em conformidade com as Boas Práticas de Fabricação e Manipulação, assegurando a integridade sanitária dos produtos. O transporte deverá ser realizado em veículos apropriados, limpos e organizados, de modo a evitar contaminações cruzadas ou danos às embalagens.

As cestas básicas deverão ser montadas de forma a evitar o contato entre produtos que possam comprometer sua integridade, respeitando critérios de segurança alimentar e organização logística.

V. Rotulagem e Identificação

Todos os itens deverão conter rótulos legíveis, com informações obrigatórias, tais como: denominação do produto, composição, peso líquido, data de fabricação, prazo de validade, número do lote, identificação do fabricante e informações nutricionais, conforme legislação vigente.

VI. Substituição e Conformidade

Caso algum item da cesta não atenda às especificações técnicas ou apresente irregularidades, a contratada deverá proceder à substituição imediata, sem ônus adicional para a Administração, no prazo máximo a ser definido no Termo de Referência.

VII. Segurança e Responsabilidade do Fornecedor

A contratada será integralmente responsável pela qualidade, segurança e conformidade dos produtos fornecidos, respondendo por quaisquer danos causados à Administração ou aos usuários decorrentes do fornecimento de produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, documento que constitui a primeira etapa do planejamento da contratação, elaborado nos termos do art. 6º, inciso XX, e do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como das demais normas aplicáveis à matéria.

3.2 O ETP integrante do presente processo administrativo demonstrou, de forma clara e fundamentada, a necessidade da aquisição de cestas básicas para atendimento de usuários e famílias em situação de vulnerabilidade social, regularmente cadastrados e acompanhados pelos equipamentos vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social de Cantagalo – FMAS/Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, evidenciando o interesse público envolvido e a relevância social da contratação.

3.3 Conforme consignado no Estudo Técnico Preliminar, a contratação está alinhada às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Federal nº 8.742/1993), bem como à Lei Municipal de Benefícios Eventuais nº 1.911/2025, constituindo instrumento

essencial para a garantia da segurança alimentar e nutricional e para a efetividade das ações socioassistenciais no âmbito municipal.

3.4 O ETP também contemplou o levantamento de mercado, a análise das alternativas disponíveis, a justificativa técnica e econômica da solução escolhida, a descrição da solução como um todo, a estimativa de quantitativos e valores, os requisitos da contratação e o posicionamento conclusivo quanto à viabilidade técnica, econômica e administrativa da contratação, servindo de base para a definição do objeto e para a elaboração do Termo de Referência.

3.5 Dessa forma, resta evidenciado que o objeto desta contratação está plenamente fundamentado nos Estudos Técnicos Preliminares constantes dos autos, os quais fornecem suporte técnico suficiente para o prosseguimento do processo administrativo, em observância aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA

4.1 A solução adotada para atendimento da necessidade identificada no Estudo Técnico Preliminar consiste na aquisição de cestas básicas, por meio do Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado, destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela rede socioassistencial do Município.

4.2 No planejamento da contratação, foram considerados os aspectos técnicos, econômicos e administrativos, incluindo o levantamento de mercado, a definição do objeto como bem comum, a estimativa de quantitativos e valores, bem como a escolha da forma de seleção do fornecedor, assegurando aderência aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

4.3 Na fase de produção e fornecimento, os produtos que compõem as cestas básicas deverão atender rigorosamente às especificações técnicas, normas sanitárias e padrões de qualidade estabelecidos, observando-se critérios de validade, segurança alimentar e integridade das embalagens. O fornecedor será responsável pelo acondicionamento, transporte e entrega dos produtos em condições adequadas, garantindo a preservação da qualidade até o momento da entrega à Administração.

4.4 Quanto à fase de recebimento e armazenamento, a Administração realizará a conferência quantitativa e qualitativa dos itens fornecidos, verificando conformidade com as especificações, prazos de validade e condições sanitárias. O fornecimento parcelado permitirá melhor gestão de estoque, redução de desperdícios e adequada distribuição dos alimentos, evitando perdas decorrentes de vencimento ou armazenamento inadequado.

4.5 Na etapa de distribuição e uso, as cestas básicas serão destinadas às famílias previamente identificadas e acompanhadas pelos equipamentos do FMAS/SMAS, assegurando atendimento oportuno, equitativo e alinhado às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e da legislação municipal aplicável. A utilização do Sistema de Registro de Preços garante flexibilidade para atendimento de demandas regulares e emergenciais.

4.6 No que se refere ao pós-uso e descarte, eventuais embalagens remanescentes deverão ser descartadas de forma ambientalmente adequada, observando-se as normas de gestão de resíduos sólidos e incentivando-se práticas de sustentabilidade, sempre que possível.

4.7 Por fim, a solução contempla mecanismos de gestão e fiscalização da execução, com designação de gestor e fiscais, aplicação de penalidades em caso de descumprimento contratual e avaliação contínua da execução, assegurando a efetividade da contratação ao longo de todo o seu ciclo de vida, desde o planejamento até a destinação final, em consonância com o interesse público e as finalidades da política de assistência social.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os requisitos da presente contratação foram definidos com base nas conclusões do Estudo Técnico Preliminar – ETP, considerando a natureza do objeto, o interesse público envolvido e as condições necessárias para assegurar a adequada execução do fornecimento das cestas básicas.

5.1.1 Local de Entrega

As cestas básicas deverão ser entregues nos CRAS de Referência, sito “**CRAS Novo Horizonte**”, localizado na “**Rua Combatente de Guerra Alcides de Oliveira, s/n Bairro Novo Horizonte, Cantagalo, CEP: 28.500-000**”, “**CRAS Santo Antônio**”, localizado na “**Rua Manuel Vilela Batista, s/n, Bairro Santo Antônio, Cantagalo, CEP: 28.500-000**” e no “**CRAS Centro**”, localizado na “**Travessa Luiz Carlos Falcão, s/n, Centro Município de Cantagalo/RJ, CEP: 28.500-000**”, ou em outro local indicado formalmente pela Administração, dentro do perímetro urbano do Município, conforme a necessidade dos equipamentos da rede socioassistencial.

5.2 Garantia do Produto

Os produtos que compõem as cestas básicas deverão atender às especificações técnicas e sanitárias estabelecidas, especialmente quanto à qualidade, integridade e prazos de validade. Considera-se como garantia do produto o atendimento às normas do Código de Defesa do Consumidor, devendo a contratada substituir, sem ônus para a Administração, quaisquer itens que apresentem defeitos, avarias, inconformidades ou validade inadequada.

5.3 Garantia da Execução do Objeto

Considerando a natureza do objeto e o previsto no Estudo Técnico Preliminar, **não será exigida garantia da contratação** de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, com entrega parcelada e pagamento condicionado ao recebimento e à aceitação dos produtos, sendo suficientes os mecanismos de fiscalização e aplicação de sanções previstos em contrato e na legislação vigente.

5.4 Condições de Manutenção e Assistência

Não se aplicam condições de manutenção ou assistência técnica, uma vez que o objeto se refere ao fornecimento de gêneros alimentícios para consumo imediato, cabendo à contratada assegurar a qualidade dos produtos até o momento da entrega e substituí-los em caso de não conformidade.

5.5 Requisitos de Sustentabilidade

A contratação observará critérios de sustentabilidade socioambiental, tais como:

- fornecimento de produtos com embalagens adequadas, íntegras e, sempre que possível, recicláveis;
- transporte e armazenamento que minimizem perdas, desperdícios e danos aos produtos;
- destinação ambientalmente adequada das embalagens, conforme a legislação de resíduos sólidos;
- estímulo a práticas que reduzam impactos ambientais ao longo do ciclo de vida do objeto.

5.6 Indicação de Marca ou Modelo

Não haverá indicação de marca ou modelo específicos, sendo admitidos produtos de qualquer marca, desde que atendam integralmente às especificações técnicas, padrões de qualidade e requisitos sanitários definidos no Termo de Referência, em observância aos princípios da isonomia e da ampla concorrência.

5.7 Subcontratação

Não será permitida a subcontratação do objeto, tendo em vista a necessidade de controle direto da execução, da qualidade dos produtos e da responsabilidade integral do fornecedor pelo fornecimento das cestas básicas.

5.8 Vistoria

Não será exigida a realização de vistoria prévia, considerando que o objeto é de natureza comum, amplamente conhecido no mercado e plenamente especificado no Termo de Referência, sendo suficientes as informações constantes nos documentos do processo para a elaboração das propostas.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 O modelo de execução do objeto foi definido de modo a assegurar a eficiência, a continuidade do atendimento socioassistencial e o cumprimento das finalidades públicas da contratação, observando-se as condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

6.1.1 Início da Execução

A execução do objeto terá início a partir da emissão da Ordem de Fornecimento pela Administração, emitida durante a vigência da Ata de Registro de Preços. A contratada deverá iniciar o fornecimento das cestas básicas no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência, contado da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.2 Condições de Execução

O fornecimento das cestas básicas ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, observadas as seguintes condições:

- atendimento às especificações técnicas e à composição definida no Termo de Referência;
- fornecimento conforme quantitativos indicados em cada Ordem de Fornecimento;
- observância dos prazos de entrega estabelecidos;
- entrega das cestas devidamente montadas, embaladas;
- substituição imediata dos produtos que apresentarem desconformidade.

A periodicidade das entregas será definida conforme a demanda dos serviços socioassistenciais, podendo ocorrer mensalmente ou em caráter emergencial, mediante solicitação formal da Administração.

6.3 Regime de Execução

O regime de execução do objeto será o de fornecimento dos itens adotando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP) com entregas parceladas e sob demanda. O pagamento ficará condicionado à efetiva entrega, conferência quantitativa e qualitativa, bem como ao aceite formal dos bens pela Administração, mediante atesto contratual e apresentação da respectiva nota fiscal.

6.4 Local e Horário de Execução

As entregas deverão ser realizadas conforme Ordem de Fornecimento.

O horário para recebimento das cestas básicas será de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:00 em dias úteis, salvo autorização expressa da Administração para entrega em horário diverso.

6.5 Materiais e Meios de Execução

A contratada será integralmente responsável pelo fornecimento de todos os materiais, insumos, embalagens, mão de obra, transporte e meios necessários à execução do objeto, incluindo, mas não se limitando a:

- gêneros alimentícios que compõem a cesta básica, conforme especificações técnicas;
- embalagens resistentes e adequadas ao acondicionamento dos produtos;
- veículos apropriados para transporte dos alimentos;
- equipamentos necessários à carga, descarga e manuseio.

Não haverá fornecimento de materiais ou insumos por parte da Administração.

6.6 Fiscalização da Execução

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Administração, que realizarão a conferência quantitativa e qualitativa das cestas básicas entregues, atestando o recebimento e a conformidade com as especificações contratuais.

6.7 Prazo de Execução:

A ata de Registro de Preço terá vigência de 12(doze) meses prorrogável por igual período, totalizando até 24 (vinte quatro) meses, nos termos do art. 93, parágrafo 3º, da Lei 14.33/2021. A utilização da ata ocorrerá mediante emissão de ordens de fornecimento individuais, com

antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis e prazo máximo de entrega de 15 (quinze) dias úteis do recebimento da ordem.

7. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1 O modelo de gestão da ata foi estruturado de modo a assegurar o adequado acompanhamento da execução do objeto, o cumprimento das obrigações contratuais e a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

I. Preposto da Contratada

A contratada deverá designar formalmente um preposto, com poderes para representá-la junto à Administração durante toda a execução contratual, responsável por tratar de assuntos operacionais, prestar esclarecimentos, receber comunicações oficiais e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

II. Fiscalização do Contrato

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscais designados pela Administração, competindo-lhe:

- acompanhar e verificar o cumprimento das especificações técnicas e das condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência;
- atestar o recebimento das cestas básicas, após conferência quantitativa e qualitativa;
- registrar ocorrências, inconformidades e eventuais descumprimentos contratuais;
- comunicar ao gestor do contrato quaisquer irregularidades identificadas.

III. Gestão do Contrato

O contrato contará com gestor do contrato, formalmente designado pela Administração, a quem caberá:

- coordenar a execução contratual e orientar a atuação dos fiscais;
- deliberar sobre questões administrativas relacionadas à execução do contrato;
- autorizar a emissão de Ordens de Fornecimento;
- adotar providências para aplicação de sanções, quando cabível;

- decidir sobre ajustes, prorrogações e demais atos de gestão contratual, nos limites da legislação vigente.

IV. Verificação das Condições de Habilitação

Durante a execução do contrato, será realizada, de forma **periódica**, a verificação da manutenção das condições de habilitação e qualificação da contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação aplicável.

V. Comunicação e Registro das Ocorrências

Toda a comunicação entre a Administração e a contratada será realizada por meio formal, preferencialmente por escrito, devendo as ocorrências relacionadas à execução contratual serem registradas em relatórios, atas ou sistemas próprios, garantindo a rastreabilidade das decisões e a transparência da gestão.

VI. Avaliação da Execução

A execução do contrato será continuamente avaliada quanto à conformidade com os objetivos da contratação, a qualidade do fornecimento e a tempestividade das entregas, servindo tais avaliações de subsídio para decisões administrativas, aplicação de penalidades e eventual prorrogação contratual, quando cabível.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Os critérios de medição e pagamento do objeto observarão as condições estabelecidas no Termo de Referência, no contrato e na legislação vigente, assegurando a correspondência entre o fornecimento efetivamente realizado e os valores pagos.

8.1. 1 Medição do Objeto

- A medição do objeto será realizada com base na quantidade de cestas básicas efetivamente entregues e aceitas, conforme cada Ordem de Fornecimento emitida pela Administração.
- A conferência quantitativa e qualitativa das cestas básicas será efetuada pelo fiscal do contrato, verificando o atendimento às especificações técnicas, aos prazos de validade e às condições de acondicionamento.

8.1.2 Recebimento Provisório

- O fornecimento será recebido provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.1.3 Recebimento Definitivo

- O fornecimento será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e da quantidade das cestas básicas fornecidas, com consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4 Emissão de Nota Fiscal

- Após o recebimento provisório, a contratada deverá emitir Nota Fiscal, contendo o valor exatamente dimensionado pela fiscalização, de acordo com a quantidade efetivamente fornecida e aceita.
- A Nota Fiscal deverá ser emitida em conformidade com a legislação fiscal vigente e conter todos os dados necessários para a correta identificação do contrato.

8.1.5 Responsabilidades da Contratada

- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela qualidade, segurança e conformidade dos produtos fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos da legislação aplicável.

8.6 Prazo e Forma de Pagamento

- Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias para fins de pagamento, desde que atendidas todas as condições contratuais.
- O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada, após a regular liquidação da despesa.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 Forma de Seleção

- O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

- A escolha da modalidade Pregão Eletrônico justifica-se por se tratar de fornecimento de bens comuns, cujos padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência.

9.2 Forma de Adjudicação

9.2.1 A adjudicação do objeto será realizada por menor preço global, contemplando o fornecimento estimado de 4.800 (quatro mil e oitocentas) cestas básicas, com vistas a assegurar a padronização dos itens, a eficiência logística, a economicidade, bem como o adequado controle da execução contratual.

9.2.2 Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública poderá estabelecer cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), desde que haja viabilidade técnica e econômica.

9.2.2.1 Todavia, no presente caso, que trata da **aquisição de gêneros alimentícios (cestas básicas / materiais de consumo)**, a adoção de cota reservada **não se mostra tecnicamente viável**, pelos motivos a seguir expostos:

9.2.2.2 A divisão do objeto em cotas implicaria na contratação de mais de um fornecedor, o que resultaria na possibilidade de fornecimento de produtos de marcas distintas, com variações em qualidade, composição, embalagem e padronização.

Essa diversidade pode comprometer diretamente:

- a **uniformidade das cestas/itens fornecidos**, gerando desigualdade entre os beneficiários;
- o **controle de qualidade**, dificultando a fiscalização e o recebimento dos produtos;
- a **padronização logística e de armazenamento**, especialmente em razão de diferentes embalagens e especificações;
- a **eficiência na distribuição**, podendo ocasionar inconsistências no atendimento das famílias/usuários;

9.2.2.3 Ressalta-se que, em se tratando de atendimento a público assistido, é essencial garantir a homogeneidade dos produtos, evitando discrepâncias que possam gerar questionamentos, insatisfação ou prejuízo à política pública executada.

9.2.2.4 Além disso, a fragmentação do objeto pode comprometer a economicidade da contratação, uma vez que reduz o ganho de escala e pode resultar em preços menos vantajosos para a Administração.

9.2.2.5 Diante do exposto, conclui-se que a aplicação da cota prevista na Lei Complementar nº 123/2006, neste caso, não atende ao interesse público, razão pela qual a licitação será realizada sem a reserva de cota, preservando-se a padronização, a qualidade e a eficiência da contratação.

9.3 Critério de Julgamento

- O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observados os requisitos técnicos e de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.
- O julgamento das propostas será realizado com base no valor global do lote, considerando o preço unitário da cesta básica multiplicado pela quantidade total estimada.

9.4 Tratamento Diferenciado para ME/EPP

- Será assegurado o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, nos termos dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, aplicado de forma subsidiária à Lei nº 14.133/2021.
- Em caso de empate ficto, serão observados os critérios de preferência e os procedimentos previstos na legislação específica para ME/EPP.
- Será assegurada, ainda, a possibilidade de regularização fiscal tardia, na forma da legislação vigente, quando aplicável.

9.5 Exigências de Habilitação

As exigências de habilitação observarão os arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo:

a) Habilitação Jurídica

- ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com indicação do responsável legal.

b) Regularidade Fiscal e Trabalhista

- inscrição no CNPJ;

- regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- regularidade junto ao FGTS;
- inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho.

c) Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

d) Qualificação Técnica

- comprovação de aptidão para o fornecimento de cestas básicas ou gêneros alimentícios, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços constante dos autos, conforme documento anexo ao processo administrativo, observando os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

10.2 Considerando exclusivamente os valores constantes na pesquisa apresentada, apurou-se o valor médio unitário da cesta básica no montante de R\$ 199,08 (cento e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos).

10.3 Dessa forma, a estimativa do valor global da contratação foi calculada conforme a seguinte memória de cálculo:

- Quantidade estimada: 4.800 (quatro mil e oitocentas) cestas básicas
- Valor unitário médio: R\$ 199,08
- Valor total estimado: $4.800 \times R\$ 199,08 = R\$ 955.584,00$ (novecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e quatro reais)

10.4 O valor estimado tem caráter referencial, destinando-se ao planejamento da contratação, à definição da modalidade licitatória e à verificação da disponibilidade orçamentária, não constituindo compromisso da Administração com a contratação pelo valor máximo estimado.

10.5 Ressalta-se que a estimativa poderá sofrer variações em razão de fatores mercadológicos, tais como oscilações de preços de gêneros alimentícios, condições logísticas,

sazonalidade e competitividade do certame, prevalecendo, para fins de contratação, o valor resultante do procedimento licitatório regularmente realizado.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2026/2027, na classificação abaixo:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte/Ficha
10060.0824470052.059	339032000	00123/15000
10060.0824470052.059	339032000	00125/170500
10060.0824470052.059	339032000	00126/170500

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O contratado estará sujeito às sanções administrativas previstas nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1 Infrações Administrativas

Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas em lei, no edital e no contrato:

- I - Dar causa à inexecução total ou parcial do contrato;
- II - Atrasar injustificadamente a execução ou a entrega do objeto;
- III - Não manter as condições de habilitação durante a vigência contratual;
- IV - Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- V - Apresentar documentação falsa;
- VI- Comportar-se de modo inidôneo;
- VII- Cometer fraude fiscal;
- VIII - Praticar atos ilícitos com o objetivo de frustrar a licitação ou a execução contratual.

12.1.2 Sanções Aplicáveis

Pela prática das infrações administrativas, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da conduta:

a) Advertência

Aplicável nas hipóteses de infrações de menor gravidade, quando não houver prejuízo relevante à Administração.

b) Multa

As multas serão aplicadas nos seguintes percentuais, calculadas sobre o valor total do contrato:

- Multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, limitada ao máximo de 10% (dez por cento) do valor contratual, em caso de atraso injustificado na entrega do objeto;
- Multa compensatória de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução parcial;
- Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratual, nos casos de descumprimento de obrigações acessórias previstas no contrato ou no Termo de Referência.

A aplicação da multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato, quando caracterizada hipótese legal para tanto.

c) Impedimento de Licitar e Contratar

Sanção aplicada nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando o contratado cometer infração grave que comprometa a execução contratual.

d) Declaração de Inidoneidade

Aplicável nas hipóteses de infrações gravíssimas, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, quando caracterizada conduta dolosa, fraude, má-fé ou prejuízo relevante à Administração Pública.

12.1.3 Critérios para Aplicação das Sanções

Na aplicação das sanções, a Administração observará:

- a natureza e a gravidade da infração;
- os danos causados à Administração;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os antecedentes do contratado;
- a proporcionalidade entre a infração e a sanção aplicada.

O pagamento da multa não exime o contratado da obrigação de reparar integralmente os danos causados, nem do cumprimento das demais obrigações contratuais.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A presente contratação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas normas complementares aplicáveis e pelas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital de licitação.

13.2 A participação no certame implica plena aceitação, por parte dos licitantes, de todas as exigências, condições e especificações contidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos.

13.3 A Administração poderá, a qualquer tempo, adotar medidas corretivas ou complementares necessárias para garantir a adequada execução contratual, sem que caiba à contratada qualquer direito à indenização adicional, desde que não implique alteração do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

13.4 As situações não previstas neste Termo de Referência ou no contrato serão dirimidas pela Administração, observada a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

13.5 Em caso de ocorrência superveniente que torne a execução do contrato impossível ou prejudique sua continuidade, caberá à Administração deliberar sobre as medidas adequadas, podendo adotar a suspensão, rescisão ou prorrogação, conforme previsto em lei.

13.6 Fica estabelecido que o foro para dirimir quaisquer questões oriundas da execução contratual será o da Comarca de Cantagalo/RJ, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.6 Este Termo de Referência integra o processo administrativo de contratação e servirá de documento orientador da gestão, fiscalização e execução contratual, devendo ser observado por todos os envolvidos.

13.7. O desatendimento de /exigências formais não essenciais não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.8. A Administração poderá revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou anulá-la por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.9 A CONTRATADA reconhece que, na hipótese de inexecução total ou parcial do presente Contrato, a CONTRATANTE poderá rescindi-lo unilateralmente, sem prejuízo das sanções contratuais e legais que lhe forem inerentes.

13.10. A CONTRATANTE providenciará a publicação de extrato do contrato e de seus eventuais termos aditivos, às suas expensas.

13.11 Dúvidas com relação ao termo de referência entrar em contato com o responsável abaixo pela sua elaboração, pelos e-mails (fmas@cantagalo.rj.gov.br/comprasfmas@cantagalo.rj.gov.br)

Cantagalo RJ, 24 de março de 2026.

Leandra Martins de Andrade
Responsável Setor de Compras
Matrícula:5150-01
FMAS/SMAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO:

1.1. O presente **Estudo Técnico Preliminar – ETP** caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para aquisição de cestas básicas afim de atender as necessidades abaixo especificadas. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da aquisição, reúne o conjunto de informações indicativas e as condições preliminares exigíveis para aquisição de gêneros alimentícios com intuito de compor a Cesta Básica, para atender as necessidades das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, cadastradas nos equipamentos vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social de Cantagalo.

1.2. O **ETP** ora apresentado, constitui a primeira etapa do Planejamento da Contratação, regido e tendo por base o artigo 18º, parágrafo 1º da Lei Federal 14.133/21 e demais normas pertinentes, que busca estabelecer as melhores e mais vantajosas condições de contratações para atendimento das demandas necessárias ao adequado funcionamento do **Fundo Municipal de Assistência Social**, em observância aos princípios constitucionais na forma do art. 5º do mesmo dispositivo legal assim como as disposições do Decreto–Lei nº 4.657/1942.

1.3 O Município de Cantagalo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, necessita adquirir cestas básicas para atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, inscritas nos programas sociais municipais. A ausência de estoque adequado compromete diretamente a continuidade das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, expondo a Administração ao risco de descumprimento de metas pactuadas em instrumentos de gestão federal e estadual.

ÁREA REQUISITANTE:

- Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Assistência Social de Cantagalo.
- Responsável: Letícia Ramos Reis do Nascimento.

2. NORMATIVOS QUE FUNDAMENTAM E DISCIPLINAM A CONTRATAÇÃO DE ACORDO COM A SUA NATUREZA:

- LEI Nº 14.133/2021
- DECRETO MUNICIPAL 3.982/2023
- LEI FEDERAL Nº 8.742

- LEI MUNICIPAL DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS Nº 1.911/2025

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

4.1 A presente contratação decorre da necessidade de assegurar a segurança alimentar e nutricional de usuários e famílias em situação de vulnerabilidade social, devidamente cadastrados e acompanhados pelos equipamentos da rede socioassistencial vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social de Cantagalo – FMAS/Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS. O problema a ser enfrentado consiste na recorrente insuficiência de acesso a alimentos básicos por parte de famílias que vivenciam situações de risco social, agravadas por fatores como desemprego, perda de renda, emergências sociais e outras circunstâncias que comprometem temporariamente sua subsistência.

4.2 Sob a perspectiva do interesse público, a aquisição de cestas básicas configura-se como medida essencial para garantir atendimento imediato às demandas emergenciais da política de assistência social, prevenindo o agravamento da vulnerabilidade social e assegurando condições mínimas de dignidade às famílias atendidas. A ausência dessa contratação comprometeria a continuidade das ações socioassistenciais e a capacidade do Município de responder de forma eficaz às situações de insegurança alimentar identificadas pela rede de proteção social.

4.3 Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para viabilizar a execução regular e contínua das políticas públicas de assistência social, em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana, da continuidade do serviço público e do interesse público, bem como com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

4.4 A metodologia adotada para definição do quantitativo de cestas básicas a serem adquiridas foi baseada em dados concretos de atendimento social e projeções administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

4.4.1 Inicialmente, considerou-se o número de famílias em situação de vulnerabilidade social devidamente cadastradas no Cadastro Único no exercício de 2025, totalizando **380 famílias atendidas**.

4.4.2 Partindo desse universo, estabeleceu-se a concessão de **01 (uma) cesta básica mensal por família**, considerando a necessidade contínua de suporte alimentar, o que resulta em:

- **380 famílias x 12 meses = 4.560 cestas básicas/ano**

- 4.4.4 Com o objetivo de garantir a continuidade do atendimento diante de eventuais variações de demanda, como:
- Inclusão de novas famílias em situação de vulnerabilidade;
- Agravamento de situações sociais já existentes;
- Demandas emergenciais;

Sendo aplicada uma **margem de segurança de 5,26%** sobre o quantitativo anual estimado.

Descrição	Quantidade
Famílias atendidas (Cadastro Único 2025)	380
Cestas mensais por família	1
Total mensal de cestas	380
Período de atendimento (meses)	12
Subtotal anual	4.560
Margem de segurança (5,26%)	240
Total estimado anual	4.800

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

5.1 Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, realizou-se levantamento de mercado com o objetivo de analisar as alternativas disponíveis para atendimento da demanda relacionada ao fornecimento de cestas básicas destinadas a usuários e famílias em situação de vulnerabilidade social, acompanhados pela rede socioassistencial do Município de Cantagalo.

A análise considerou as seguintes alternativas possíveis:

- a) aquisição direta e integral das cestas básicas em contratação única;
- b) realização de contratações pontuais, conforme surgimento da demanda;
- c) celebração de Ata de Registro de Preços para eventual aquisição, com fornecimento parcelado conforme a necessidade;

- d) distribuição de auxílio financeiro ou cartões alimentação, em substituição à entrega de cestas básicas.

5.2 A alternativa de aquisição direta e integral mostrou-se tecnicamente inadequada, uma vez que a demanda por cestas básicas é variável e imprevisível, podendo resultar em aquisição superior à necessidade real, com risco de desperdício, vencimento de produtos e ineficiência na aplicação dos recursos públicos. As contratações pontuais, por sua vez, implicariam maior morosidade administrativa, aumento de custos operacionais e risco de descontinuidade no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social.

5.3 A opção por auxílio financeiro ou cartões alimentação, embora existente no mercado, não se apresenta como solução mais adequada ao contexto local, considerando a necessidade de controle, padronização nutricional, acompanhamento socioassistencial e garantia de que os recursos sejam efetivamente destinados à aquisição de gêneros alimentícios essenciais, conforme diretrizes da política de assistência social.

5.4 Diante desse cenário, a adoção do Sistema de Registro de Preços para eventual aquisição de cestas básicas revelou-se a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico. Tal solução permite flexibilidade no fornecimento, contratação conforme a real necessidade, redução de riscos de desperdício, melhor planejamento orçamentário e maior agilidade no atendimento às demandas emergenciais, assegurando economicidade, eficiência administrativa e continuidade do serviço público.

5.5 Assim, justifica-se tecnicamente e economicamente a escolha da solução proposta, por atender de forma mais eficaz ao interesse público e às necessidades da política de assistência social do Município, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na legislação vigente.

I – Alternativas Disponíveis

Para o atendimento da demanda relacionada à garantia de segurança alimentar e nutricional de usuários e famílias em situação de vulnerabilidade social, acompanhados pelos equipamentos da rede socioassistencial do Município de Cantagalo, foram identificadas as seguintes alternativas disponíveis no mercado:

- a) Aquisição direta e integral de cestas básicas em contratação única**
Vantagens: possibilidade de obtenção de preços unitários menores em razão do volume adquirido e simplificação do processo de compra.

Desvantagens: inadequação à natureza variável e imprevisível da demanda; risco de aquisição superior à necessidade real; possibilidade de desperdício e vencimento de produtos; maior impacto orçamentário imediato e menor flexibilidade administrativa.

b) Contratações pontuais e esporádicas, conforme surgimento da demanda

Vantagens: aquisição apenas quando houver necessidade imediata.

Desvantagens: maior morosidade nos processos administrativos; elevação dos custos operacionais; risco de descontinuidade no atendimento às famílias; dificuldade de resposta rápida a situações emergenciais; menor previsibilidade orçamentária.

c) Celebração de Ata de Registro de Preços para eventual aquisição de cestas básicas

Vantagens: flexibilidade no fornecimento; aquisição conforme a real necessidade; fornecimento parcelado; redução de riscos de desperdício; melhor planejamento orçamentário; maior agilidade no atendimento; manutenção da continuidade do serviço público; economicidade do gasto.

Desvantagens: necessidade de gestão e controle da Ata durante sua vigência, o que demanda acompanhamento administrativo contínuo.

d) Concessão de auxílio financeiro ou fornecimento de cartão alimentação

Vantagens: maior autonomia para as famílias beneficiárias; simplificação logística de distribuição.

Desvantagens: menor controle sobre a destinação dos recursos; risco de desvio da finalidade; dificuldade de padronização nutricional; incompatibilidade com o acompanhamento socioassistencial em determinadas situações de vulnerabilidade extrema; limitação de aceitação em estabelecimentos locais.

II - Justificativa da Alternativa Escolhida

Após a análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a **celebração de Ata de Registro de Preços para eventual aquisição de cestas básicas** constitui a solução mais adequada para atender às necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Cantagalo – FMAS/SMAS.

A alternativa escolhida mostra-se superior sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, considerando a natureza contínua, variável e imprevisível da demanda por cestas básicas, característica do atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social. O Sistema de Registro de Preços permite a aquisição dos itens de forma parcelada e conforme a real

necessidade, evitando desperdícios, reduzindo riscos de perdas por vencimento de produtos e assegurando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Além disso, a solução possibilita resposta rápida a situações emergenciais, garante a continuidade das ações socioassistenciais e assegura maior previsibilidade orçamentária, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público. A padronização das cestas básicas também contribui para a garantia da qualidade nutricional dos alimentos distribuídos, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Dessa forma, resta tecnicamente e economicamente justificada a escolha do Sistema de Registro de Preços para eventual aquisição de cestas básicas, por se tratar da alternativa que melhor atende às necessidades do Município, assegurando atendimento digno, contínuo e eficaz à população em situação de vulnerabilidade social.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

6.1 A solução escolhida consiste na celebração de Ata de Registro de Preços para eventual aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento de usuários e famílias em situação de vulnerabilidade social, regularmente cadastrados e acompanhados pelos equipamentos da rede socioassistencial vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social de Cantagalo – FMAS/Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

6.2 As cestas básicas deverão conter gêneros alimentícios de primeira necessidade, com composição padronizada, qualidade adequada e valor nutricional compatível com as diretrizes da política de segurança alimentar e nutricional, visando garantir condições mínimas de subsistência às famílias beneficiárias. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda identificada pelos serviços socioassistenciais, mediante emissão de ordem de fornecimento, durante a vigência da Ata.

6.3 A solução atende de forma eficiente à finalidade pública pretendida, considerando a natureza contínua, variável e imprevisível da demanda, o perfil do público-alvo, composto por famílias em situação de risco social e insegurança alimentar, e a necessidade de resposta rápida e contínua por parte da Administração Pública. O uso do Sistema de Registro de Preços assegura flexibilidade, economicidade, planejamento orçamentário e continuidade do atendimento socioassistencial, evitando desperdícios e garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais, legais e de qualidade necessários ao adequado fornecimento de cestas básicas destinadas ao atendimento de usuários e famílias em situação de vulnerabilidade social, acompanhados pelos equipamentos da rede socioassistencial do Fundo Municipal de Assistência Social de Cantagalo – FMAS/Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

7.2 Os produtos que compõem as cestas básicas deverão ser novos, adequados ao consumo humano, e estar em conformidade com as normas sanitárias vigentes, expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, bem como demais legislações aplicáveis à segurança alimentar. Os gêneros alimentícios deverão apresentar prazo de validade compatível com o período de consumo, sendo vedado o fornecimento de produtos com data de vencimento próxima ou em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas.

7.3 A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional para atender às demandas de forma contínua e parcelada, conforme ordens de fornecimento emitidas pelo FMAS/SMAS, garantindo regularidade no abastecimento, pontualidade na entrega e manutenção da qualidade dos produtos durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. O transporte, armazenamento e manuseio dos produtos deverão observar condições adequadas de higiene, conservação e integridade das embalagens.

7.4 As cestas básicas deverão conter composição padronizada, previamente definida no Termo de Referência, assegurando equilíbrio nutricional mínimo e uniformidade no atendimento às famílias beneficiárias. A entrega deverá ocorrer nos locais indicados pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos, acompanhada da documentação fiscal correspondente e em conformidade com as condições contratuais.

7.5 A contratação deverá ainda observar os princípios da economicidade, eficiência, sustentabilidade e interesse público, admitindo-se, sempre que possível, a adoção de critérios que priorizem produtos com menor impacto ambiental, embalagens adequadas e redução de desperdícios, sem prejuízo da qualidade e da segurança alimentar.

7.6 Por fim, o fornecedor deverá cumprir integralmente as disposições legais, trabalhistas, fiscais e previdenciárias aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços, assegurando a execução do objeto de forma regular, eficiente e compatível com as finalidades da política pública de assistência social.

8. – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 A solução proposta consiste na celebração de Ata de Registro de Preços para eventual aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento de usuários e famílias em situação de

vulnerabilidade social, devidamente cadastrados e acompanhados pelos equipamentos da rede socioassistencial vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social de Cantagalo – FMAS/Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

8.2 O fornecimento das cestas básicas ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de ordens de fornecimento, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, de modo a atender às necessidades contínuas e variáveis da política pública de assistência social, garantindo agilidade, flexibilidade e continuidade no atendimento às situações de insegurança alimentar identificadas pelos serviços socioassistenciais.

8.3 As cestas básicas deverão conter gêneros alimentícios de primeira necessidade, com composição padronizada, qualidade adequada e valor nutricional compatível com as diretrizes da segurança alimentar e nutricional. Todos os produtos deverão ser novos, próprios para consumo humano, acondicionados em embalagens íntegras, com identificação do fabricante, data de fabricação e prazo de validade compatível com o período de consumo, em conformidade com as normas sanitárias vigentes, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

8.4 A empresa contratada deverá dispor de capacidade técnica, operacional e logística para garantir o fornecimento contínuo, observando rigorosamente as condições de higiene, conservação, transporte e armazenamento dos produtos, de forma a preservar a integridade e a qualidade das cestas básicas até o momento da entrega. As entregas deverão ser realizadas nos locais indicados pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos, acompanhadas da respectiva documentação fiscal.

8.5 A solução contempla ainda as exigências relacionadas à gestão, controle e acompanhamento da execução contratual, cabendo à Administração a fiscalização do cumprimento das condições pactuadas e à contratada a imediata substituição de produtos que apresentem inconformidades, avarias ou estejam em desacordo com as especificações técnicas definidas no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços, sem ônus adicional para o Município.

8.6 Considerando a natureza do objeto, não se aplicam exigências de manutenção ou assistência técnica, por se tratar de fornecimento de bens de consumo imediato. Entretanto, permanece a obrigação da contratada quanto à garantia da qualidade dos produtos fornecidos e à responsabilidade pela substituição de itens inadequados ou impróprios para consumo.

8.7 A solução adotada observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e contribuindo para o fortalecimento da rede de proteção social do Município

de Cantagalo, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

9. PROVIDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

9.1 Para viabilizar a adequada execução da contratação, a Administração deverá adotar, previamente à celebração da Ata de Registro de Preços, as seguintes providências, observadas as características e os requisitos do objeto:

I – **Planejamento e organização da demanda:** consolidação das informações relativas ao quantitativo estimado de cestas básicas, com base nos registros administrativos, histórico de atendimento e projeção de demanda dos equipamentos socioassistenciais vinculados ao FMAS/SMAS, assegurando alinhamento entre a necessidade identificada e a previsão orçamentária.

II – **Elaboração e validação dos instrumentos técnicos:** revisão e aprovação do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência e do edital, com definição clara das especificações técnicas, composição das cestas básicas, critérios de qualidade, prazos de entrega, locais de fornecimento e condições de substituição de produtos em desconformidade.

III – **Previsão orçamentária e financeira:** verificação da existência de dotação orçamentária compatível com o valor estimado da contratação, bem como adoção das medidas necessárias para garantir a disponibilidade financeira ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

IV – **Designação de gestor e fiscais da Ata:** indicação formal de servidor(es) responsável(is) pela gestão e fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços, com atribuições definidas para acompanhamento das ordens de fornecimento, conferência da qualidade dos produtos, verificação dos prazos de entrega e registro de ocorrências.

V – **Capacitação dos servidores envolvidos:** orientação e, quando necessário, capacitação dos servidores designados para a gestão e fiscalização, especialmente quanto às rotinas de recebimento, conferência, armazenamento temporário, controle de estoque, registro documental e aplicação das penalidades previstas.

VI – **Definição de fluxos e procedimentos internos:** estabelecimento de procedimentos administrativos padronizados para solicitação das cestas básicas, emissão de ordens de fornecimento, recebimento, conferência quantitativa e qualitativa, distribuição aos equipamentos socioassistenciais e prestação de contas.

VII – **Estruturação logística e operacional:** verificação da adequação dos locais de recebimento e distribuição das cestas básicas, assegurando condições mínimas de armazenamento temporário, higiene e segurança, quando aplicável.

VIII – **Articulação com a rede socioassistencial:** alinhamento prévio com os equipamentos vinculados ao FMAS/SMAS quanto aos critérios de concessão, registro e controle da entrega das cestas básicas, garantindo uniformidade no atendimento e rastreabilidade das ações.

IX – **Preparação para fiscalização e controle:** definição dos mecanismos de acompanhamento e controle da execução contratual, incluindo registros formais, relatórios de fiscalização e comunicação com a contratada para solução de eventuais inconformidades.

XI – Verificar a regularidade das autorizações sanitárias dos fornecedores perante a Vigilância Sanitária.

XII Estabelecer protocolo de recebimento com critérios objetivos de conferência de lote, validade, integridade das embalagens.

XII – Capacitar a equipe do CRAS quanto aos procedimentos de armazenamento e distribuição das cestas básicas (mínimo de 4/horas ano).

9.2 Dessa forma, as providências elencadas asseguram que a contratação seja realizada de forma planejada, eficiente e em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, garantindo a efetividade das ações da política pública de assistência social.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

10.1 Para a adequada execução da solução proposta, foram analisadas as possíveis contratações correlatas e/ou interdependentes relacionadas ao fornecimento de cestas básicas destinadas ao atendimento de usuários e famílias em situação de vulnerabilidade social, no âmbito do Fundo Municipal de Assistência Social de Cantagalo – FMAS/Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

10.2 Identificam-se como contratações correlatas aquelas voltadas ao suporte operacional e administrativo das ações socioassistenciais, tais como a contratação de serviços de transporte, logística e distribuição de materiais, quando não contemplados integralmente pelo fornecedor das cestas básicas, bem como eventuais contratações para fornecimento de materiais de acondicionamento e armazenamento temporário, caso se façam necessários para a organização e segurança dos produtos.

10.3 Também podem ser consideradas correlatas as contratações destinadas à aquisição de outros benefícios eventuais, gêneros alimentícios específicos ou insumos complementares utilizados pelos equipamentos socioassistenciais, desde que guardem relação com a política de segurança alimentar e nutricional e com o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social.

10.4 A presente contratação possui interdependência com:

- a) Contrato de transporte de cargas para distribuição das cestas básicas ao CRAS, atualmente vigente sob processo nº 053/2026
- b) Contrato de manutenção predial do CRAS (centro) para a adequação dos espaços de armazenamento.

10.5 Ressalta-se que eventuais contratações correlatas não são necessárias para a execução do objeto uma vez que os serviços de transporte e armazenamento já estão contratados e dimensionados para absorver o incremento decorrente da aquisição.

11. SUSTENTABILIDADE

11.1 A contratação para eventual aquisição de cestas básicas destinadas ao atendimento de usuários e famílias em situação de vulnerabilidade social apresenta impactos socioambientais diretos e indiretos, os quais foram analisados sob a perspectiva da sustentabilidade, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental da Administração Pública.

11.2 Sob o aspecto social, a contratação contribui diretamente para a redução da insegurança alimentar e nutricional, promovendo inclusão social, proteção à dignidade humana e fortalecimento da rede de proteção social, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Trata-se de impacto socioambiental positivo, ao garantir condições mínimas de subsistência a famílias em situação de vulnerabilidade social.

11.3 Quanto aos impactos ambientais, destacam-se aqueles relacionados à produção dos gêneros alimentícios, ao uso de embalagens, ao transporte e à distribuição das cestas básicas. Tais impactos incluem o consumo de recursos naturais, geração de resíduos sólidos (embalagens) e emissões associadas à logística de transporte.

11.4 Como medidas mitigadoras, a contratação deverá prever, sempre que possível, a exigência de embalagens adequadas, íntegras e preferencialmente recicláveis ou reutilizáveis, bem como a otimização da logística de entrega, com fornecimento parcelado e planejamento das rotas, visando à redução do consumo de combustível e da emissão de poluentes. Poderá ser incentivada a aquisição de produtos com menor volume de embalagens individuais e maior eficiência no acondicionamento.

11.5 Considerando a natureza do objeto, não se aplica logística reversa obrigatória, nos termos da legislação ambiental vigente, uma vez que se trata de bens de consumo imediato. Ainda assim, recomenda-se a orientação aos beneficiários e aos equipamentos socioassistenciais

quanto à correta separação e destinação das embalagens para reciclagem, quando houver coleta seletiva disponível no Município.

11.6 Adicionalmente, a adoção do Sistema de Registro de Preços contribui para a sustentabilidade ao evitar aquisições excessivas, reduzir desperdícios de alimentos por vencimento e promover o uso racional dos recursos públicos, assegurando maior eficiência no planejamento e na execução da política pública.

11.7 Dessa forma, a aquisição de cestas básicas não gera impactos ambientais diretos significativos. Os impactos indiretos relacionam-se ao descarte de embalagens plásticas e de papelão, cuja destinação final adequada está assegurada pelo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Município de Cantagalo, atualizado no ano de 2025.

11.7.1 As medidas mitigadoras compreendem:

- a) Priorização de fornecedores que utilizem embalagens recicláveis ou biodegradáveis;
- b) Incentivo à logística reversa de embalagens plásticas e de papelão;
- c) Orientação aos beneficiários quanto ao descarte adequado das embalagens;

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1 Com a contratação para eventual aquisição de cestas básicas, por meio do Sistema de Registro de Preços, pretende-se alcançar resultados positivos e mensuráveis em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis no âmbito do Fundo Municipal de Assistência Social de Cantagalo – FMAS/Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

12.2 No que se refere à economicidade, espera-se a otimização do gasto público mediante a aquisição dos produtos conforme a real necessidade, evitando compras excessivas, desperdícios e perdas decorrentes do vencimento de alimentos. O Sistema de Registro de Preços possibilita maior competitividade entre fornecedores, melhores condições de preço e redução de custos administrativos, ao concentrar em um único procedimento licitatório as futuras aquisições ao longo da vigência da Ata.

12.3 Quanto ao aproveitamento dos recursos financeiros, a contratação permite melhor planejamento orçamentário, com desembolso gradual e compatível com a execução das ações socioassistenciais, preservando o equilíbrio fiscal e assegurando a aplicação eficiente dos recursos públicos destinados à política de assistência social.

12.4 Em relação aos recursos humanos, a solução adotada reduz a necessidade de instauração de múltiplos processos de contratação, otimizando o tempo e o esforço dos servidores envolvidos nas atividades de planejamento, compras, gestão e fiscalização, permitindo que estes se dediquem às atividades finalísticas de acompanhamento e atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social.

12.5 No tocante aos recursos materiais, o fornecimento parcelado das cestas básicas contribui para a racionalização do armazenamento, diminuição de perdas e melhor controle da distribuição, garantindo que os produtos sejam entregues em condições adequadas de consumo e no momento oportuno.

12.6 Dessa forma, os resultados pretendidos com a contratação refletem a adoção de uma solução eficiente, econômica e sustentável, que assegura a continuidade do atendimento socioassistencial, promove o uso racional dos recursos públicos e contribui para a efetividade das políticas públicas de assistência social do Município.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base exclusiva na pesquisa de preços constante no documento de cotação em anexo, a qual apurou o valor médio unitário da cesta básica no montante de R\$ 199,08, considerando a composição padronizada definida no Termo de Referência.

13.2 A pesquisa reflete preços praticados pelo mercado fornecedor para objetos de mesma natureza, contemplando os custos de aquisição dos gêneros alimentícios, acondicionamento, transporte e fornecimento, mostrando-se compatível com a realidade de mercado e com contratações públicas similares.

Item	Descrição	Fonte de Consulta	Valor Unitário (R\$)
01	Cesta básica – composição conforme Termo de Referência	Pesquisa de preços – documento anexo	199,08

13.3 A análise da pesquisa de preços demonstra que o valor unitário de R\$ 199,08 se encontra compatível com os preços praticados no mercado, conforme Relatório do Banco de Preço, especialmente no âmbito da Administração Pública, considerando a composição da cesta básica, a qualidade dos produtos, os custos logísticos envolvidos e a realidade regional. Não foram

identificados indícios de sobrepreço ou inexequibilidade, estando o valor em conformidade com os princípios da razoabilidade e da economicidade.

13.4 A memória de cálculo do valor estimado da contratação considerou os seguintes parâmetros:

- **Valor médio unitário da cesta básica:** R\$ 199,08
- **Quantidade estimada de cestas básicas:** 4.800 unidades
- **Forma de contratação:** Sistema de Registro de Preços

Valor estimado da contratação = Quantidade estimada × Valor unitário médio

Cálculo:

$4.800 \times R\$ 199,08 = R\$ 955.584,00$

Valor Global estimado da aquisição:

R\$ 955.584,00 (novecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e quatro reais)

13.5 O valor global estimado corresponde ao **limite máximo previsto** para fins de planejamento orçamentário durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não constituindo obrigação de aquisição integral por parte da Administração.

14. LIMITAÇÕES DA ESTIMATIVA

14.1 A estimativa do valor da contratação está sujeita a limitações decorrentes de fatores externos, tais como:

- variações nos preços dos gêneros alimentícios em razão de inflação, sazonalidade e oscilações do mercado;
- alterações nos custos logísticos e de transporte;
- flutuações na demanda por cestas básicas decorrentes de fatores socioeconômicos e situações emergenciais.

14.2 Além disso, por se tratar de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, a estimativa possui caráter meramente referencial, destinando-se ao planejamento e à previsão orçamentária, sendo as contratações efetivadas conforme a necessidade do FMAS/SMAS e respeitados os preços registrados.

15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO

15.1 A análise quanto ao parcelamento do objeto foi realizada considerando os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e interesse público, bem como as características da contratação destinada ao fornecimento de cestas básicas para atendimento de usuários e famílias em situação de vulnerabilidade social.

a) Parcelamento Material:

- I. Entende-se como parcelamento material a divisão do objeto em lotes ou itens distintos. No presente caso, não se mostra vantajoso o parcelamento material do objeto, tendo em vista que a cesta básica constitui um conjunto único e indivisível de gêneros alimentícios, cuja composição padronizada é necessária para garantir uniformidade, equilíbrio nutricional e isonomia no atendimento às famílias beneficiárias.
- II. O fracionamento material da cesta básica poderia comprometer a padronização dos itens, dificultar o controle de qualidade, aumentar os custos logísticos, gerar incompatibilidades no fornecimento e prejudicar a eficiência administrativa. Dessa forma, a contratação do objeto como **item único** assegura maior controle, simplificação da gestão contratual e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

b) Parcelamento Formal

- I. Quanto ao **parcelamento formal**, compreendido como a divisão da execução do objeto no tempo, conclui-se que esta é a **solução mais adequada** para a presente contratação. Considerando a natureza contínua, variável e imprevisível da demanda por cestas básicas, bem como a adoção do Sistema de Registro de Preços, o fornecimento deverá ocorrer de forma **parcelada ao longo da vigência da Ata**, conforme a necessidade do FMAS/SMAS e mediante emissão de ordens de fornecimento.
- II. O parcelamento formal permite maior flexibilidade administrativa, evita aquisições excessivas, reduz riscos de desperdício e vencimento de produtos, assegura melhor planejamento orçamentário e garante resposta rápida às demandas emergenciais da política de assistência social.

15.2 Termos de Referência e Tipo de Adjudicação

a) Para a presente contratação, será elaborado 01 (um) Termo de Referência, contemplando a totalidade do objeto. A adjudicação será realizada por item único, considerando a cesta básica como um conjunto indivisível, assegurando uniformidade no fornecimento e eficiência na execução contratual.

b) Dessa forma, resta justificada a adoção de não parcelamento material do objeto, aliado ao parcelamento formal da execução, por se tratar da alternativa que melhor atende ao interesse público, à economicidade e à efetividade das ações socioassistenciais do Município.

16. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

16.1 A forma de seleção do fornecedor para a presente contratação será a **LICITAÇÃO**, por se tratar de objeto comum, amplamente disponível no mercado, com características padronizadas e passível de definição objetiva quanto às especificações técnicas e aos critérios de qualidade, atendendo aos requisitos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 A opção pela licitação mostra-se a alternativa mais adequada, considerando que o fornecimento de cestas básicas admite ampla competitividade entre fornecedores, possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e assegura a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da transparência, da economicidade e da eficiência.

16.3 Além disso, considerando o quantitativo estimado, o valor global da contratação e a adoção do Sistema de Registro de Preços, a realização de procedimento licitatório permite maior flexibilidade no fornecimento, contratação conforme a real necessidade e melhor planejamento orçamentário, garantindo a continuidade das ações socioassistenciais e a resposta tempestiva às demandas emergenciais.

16.4 Não se aplica a dispensa de licitação, uma vez que não se configuram as hipóteses previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, tampouco se justifica a inexigibilidade, prevista no art. 74 do mesmo diploma legal, haja vista a inexistência de fornecedor exclusivo ou de inviabilidade de competição.

16.5 Dessa forma, resta justificada a adoção da licitação como forma de seleção do fornecedor, por ser a modalidade que melhor atende ao interesse público, assegura ampla concorrência e promove a contratação mais vantajosa para a Administração Pública.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

17.1 Diante das análises desenvolvidas no presente Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto à necessidade da contratação, ao levantamento de mercado e à descrição da solução escolhida, conclui-se pela viabilidade e adequação da contratação para o atendimento da necessidade pública a que se destina.

17.2 Restou demonstrado que a contratação visa garantir a segurança alimentar e nutricional de usuários e famílias em situação de vulnerabilidade social, regularmente cadastrados e acompanhados pelos equipamentos da rede socioassistencial vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social de Cantagalo – FMAS/Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS,

atendendo a uma demanda essencial, contínua e de alta relevância social, diretamente relacionada à efetividade da política pública de assistência social.

17.3 O levantamento de mercado evidenciou a existência de fornecedores aptos à execução do objeto, bem como a compatibilidade dos preços pesquisados com aqueles praticados no mercado e pela Administração Pública, demonstrando a viabilidade econômica da contratação. A análise das alternativas disponíveis indicou que a celebração de Ata de Registro de Preços para eventual aquisição de cestas básicas constitui a solução mais eficiente e vantajosa, por permitir flexibilidade no fornecimento, aquisição conforme a real necessidade, redução de desperdícios e melhor planejamento orçamentário.

17.4 A descrição da solução escolhida confirmou a adequação técnica do objeto, considerando a padronização das cestas básicas, a natureza comum do fornecimento, a possibilidade de fornecimento parcelado e a compatibilidade com os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, além da observância dos princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.

17.5 Dessa forma, à luz das informações e análises constantes neste Estudo Técnico Preliminar, posiciona-se favoravelmente à realização da contratação, reconhecendo-se sua viabilidade técnica, econômica e administrativa, bem como sua plena adequação para o atendimento da necessidade identificada, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo para a elaboração do Termo de Referência e demais etapas subsequentes da contratação, nos termos da legislação vigente.

Cantagalo, 23 de março de 2026.

Leandra Martins de Andrade

Responsável Setor de Compras

FMAS/SMAS

Matrícula: 5150-01

Setor de Licitações

Anexo II

Processo Administrativo nº 197/2026

Ata de Registro de Preços nº **XX/XXXX**

O MUNICÍPIO DE CANTAGALO, pela **<Órgão / Unidade>**, com sede na **<Endereço órgão/unidade>**, neste ato representada pelo(a) **<cargo e nome>**, portador da Identidade Funcional nº **<nº matrícula>**, considerando o resultado da licitação nº **<nº /ano da licitação>**, publicada no **<local publicação>** **<data publicação>** para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo nº **<nº processo>**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação nº **90034/2026**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 4.131, de 20 de março de 2024, e nos demais normativos municipais aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela rede socioassistencial do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos usuários dos serviços, programas e benefícios da política de assistência social, conforme especificado(s) no(s) item(ns) <itens> do Termo de Referência, anexo do [**edital de Licitação nº ____/202_**] que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máxima de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)			
	Especificação	U/C	Quantidade	Valor Unitário

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Fundo Municipal de Saúde.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preço.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

Setor de Licitações

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Setor de Licitações

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

Setor de Licitações

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a

Setor de Licitações

alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Setor de Licitações

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

10.2. A aplicação das sanções previstas no Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.3. Todas as sanções previstas no Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Setor de Licitações

10.6. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.7.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.7.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

10.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.11.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.13. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Setor de Licitações

10.14. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.15. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.16. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Setor de Licitações

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>	
	Especificação	Percentual de Desconto Ofertado
X	XXXXXXXXXX	X%

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>	
	Especificação	Percentual de Desconto Ofertado
X	XXXXXXXXXX	X%

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**)

Termo de Contrato que entre si celebram o Município de Cantagalo, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social e a empresa <nome da sociedade empresaria contratada>.

Aos dias <dia> do mês de <mês> do ano de <ano>, na <endereço do órgão contratante>, o MUNICÍPIO DE CANTAGALO, por meio do <órgão da Administração Direta>, ou a(o) <entidade da Administração Indireta>, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pelo <autoridade administrativa competente para firmar o contrato>, e a <nome da sociedade empresaria contratada>, estabelecida na <endereço da sociedade CONTRATADA>, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº <nº CNPJ>, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por <representante da sociedade CONTRATADA>, tendo em vista o que consta no Processo nº **[nº processo]** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e pelos preceitos de direito público, aplicando-se Ihe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços nº **<nº ata registro de preços>** - Pregão Eletrônico nº 90034/2026, Processo Administrativo nº **<nº processo administrativo>**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela rede socioassistencial do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos usuários dos serviços, programas e benefícios da política de assistência social, que serão fornecidos nas condições estabelecidas no Edital do pregão **<nº pregão>** e na Ata de Registro de Preços nº **<nº ata registro de preços>**:

DESCRIÇÃO	UND	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	UND			

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação
- 1.2.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXXXXX**

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. O preço contratado compreende todos os custos necessários ao serviço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas e encargos necessários à sua correta execução, de modo a que nenhuma outra remuneração seja devida à CONTRATADA além do valor ora estipulado;

7.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXX

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXXX

- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. As demais garantias se encontram descritas no item 5 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXX

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXXXX**

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da o foro da Comarca de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

Setor de Licitações

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

À

Prefeitura Municipal de Cantagalo

Ref. Pregão Eletrônico nº 90034/2026.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela rede socioassistencial do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos usuários dos serviços, programas e benefícios da política de assistência social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Prezados Senhores

Apresentamos, a seguir, nossa proposta elaborada em conformidade com as especificações contidas no Edital de licitação em referência.

CESTA BÁSICA EMBALADA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE CONTENDO OS SEGUINTE ITENS:	CATMAT	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1 Pacote de Arroz Agulhinha de 5 Kg – Tipo 1 (Arroz, agulhinha, grupo beneficiado, sub grupo polido, tipo 1, classe longo fino, constituído de grãos inteiros, com teor de umidade recomendada de 14%, obedecendo os limites máximos de tolerância de impurezas) Validade mínima de 6 meses	472895	4.800		
1 Pacote de Feijão Preto – 1Kg Tipo 1 (Características: O produto feijão “in natura” deverá ser de safra corrente e obedecer aos limites máximos de tolerância de defeitos do grupo I, tipo I, conforme anexo e item 4.4, da Portaria 161, de 24/07/87, do Ministério da Agricultura, complementada pelas Portarias nºs 08, de 19/08/87 e 10, de 12/04/96, do Ministério da Agricultura, para efeito de classificação. Características Organolépticas: aspecto: grãos; cor: característica da espécie; odor: próprio. O produto, após o preparo, conforme instruções da embalagem, deverá apresentar-se com cozimento uniforme.) Validade mínima de 6 meses	462894	4.800		
1 Pacote de pó de café com 500gr (torrado e moído – nacional de primeira qualidade. Características Organolépticas: aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio.) Validade mínima de 6 meses	19766	4.800		
1 Unidade de óleo de soja - 900 ml. – Características Organolépticas: própria; aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio. Validade mínima de 6 meses	463692	4.800		

Setor de Licitações

1 Pacote de macarrão de 1kg tipo “espaguete” (Características Organolépticas: aspecto: característico; cor: característica; odor: característico.) Validade mínima de 6 meses	458952	4.800		
2 Latas de sardinha em óleo COM 125g cada – (nacional, rica em ômega 3 Características Organolépticas: próprias; aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio) Validade mínima de 6 meses	6065	9.600		
1 Pacote de sal - 1KG (Características: cloreto de sódio extrato de fontes naturais, recristalizadas, com teor mínimo de 98,5% de cloreto de sódio sobre a substância seca, adicionado de anti-umectante e iodo. Características Organolépticas: aparência: cristais de granulação uniforme, não devendo estar pegajoso ou empedrado; cor: branca; sabor: característico (salino)). Validade mínima de 6 meses	448219	4.800		
1 Pacote de açúcar cristal de 2KG (Açúcar, tipo cristal, composição de origem vegetal, sacarosi de cana de açúcar, aplicação adoçante, características adicionais, 1ª qualidade) - Validade mínima de 6 meses	463989	4.800		
2 Pacote de Farinha de Milho Fina- Fubá DE 1 KG - (Características: O produto deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitos, não podendo estar úmido, fermentado ou rançoso. Características Organolépticas: aspecto: pó fino ou granulado; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio) Validade mínima de 6 meses	470688	9.600		
2 Canjiquinha de milho – amarela- Pacote de 1 Kg Características Organolépticas: próprias; aspecto: próprio; cor: amarela; odor: próprio; sabor: próprio) Validade mínima de 6 meses	19694	9.600		
1 Extrato de tomate- embalagem de 300 gramas – Tipo Sachê Extrato de tomate feito de tomates cozidos e reduzidos. Contendo tomate, açúcar e sal. Por ser um produto concentrado, não possuir conservantes, corantes ou especiarias adicionais. Validade mínima de 6 meses	459680	4.800		
1 Farinha de Trigo sem fermento pacote de 1KG - (nacional de primeira qualidade. Características Organolépticas: aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio) Validade mínima de 6 meses	480337	4.800		
1 Pacote de Farinha de Mandioca de 1kg (aspecto: pó fino; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio) Validade mínima de 6 meses	458919	4.800		

Setor de Licitações

1 Pacote de biscoito de Maisena de 400 gramas (Biscoito sabor maisena, doce em embalagem íntegra, rotulagem de acordo com a legislação vigente) Validade mínima de 6 meses	0883	4.800		
1 Pacote de Biscoito Salgado – Tipo Cream Cracker - - Pacote de 350 gramas Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, óleo vegetal, açúcar, sal, fermento químico. Validade mínima de 6 meses	456468	4.800		
1 Pacote de Leite em pó integral – 400 gramas - (embalado com aspecto próprio, cor própria, odor próprio, sabor próprio) Validade mínima de 6 meses	446019	4.800		
2 Latas de Almondega ao molho enlatada - Lata de 420 gramas Molho(água, polpa tomate, tomate, cebola, amido mod., açúcar, alho, sal, óleo veg. Salsinha, páprica, manjerição, pimenta, pimenta preta, alecrim, tomilho, cominho, dextrose, orégano, manjerona, estragão, segurelha, salsa, sálvia), almôndega (carne bov., CMS, cebola, farinha rosca, prot.de soja, farinha trigo, mix(farinha arroz, sal, amido mod., cebola, amido, açúcar, óleo e gordura veg., aroma id. ao nat., glutamato monos., inosinato de sódio, guanilato de sódio), sal, fécula, açúcar, salsa, alho, pimenta, trifosfato pentas., cor. caramelo) Váldade mínima de 6 meses	461525	9.600		
2 Lata de Doce de Leite de 395 gramas Composição: Leite integral e/ou leite em pó integral reconstituído, açúcar, cloreto de sódio, lactose e conservador sorbato de potássio. Váldade mínima de 6 meses		9.600		
1 Garrafa de Suco Concentrado de Caju- 500 ml - Váldade mínima de 6 meses	0948	4.800		
VALOR TOTAL				

VALIDADE DA PROPOSTA:(..) dias corridos a partir da abertura deste Pregão.

DECLARAMOS, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: 1) o valor do produto; 2) os tributos (impostos, taxas, contribuições); 3) fretes; 4) seguros; 5) os encargos sociais e trabalhistas incidentes; 6) outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado.

(Local), de de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, assinatura)

Setor de Licitações

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

À Prefeitura Municipal de Cantagalo

Concorrência Eletrônica: 90034/2026

Processo: 197/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela rede socioassistencial do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos usuários dos serviços, programas e benefícios da política de assistência social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Eu, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (Representante Legal devidamente qualificado) da (Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (endereço completo), DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

- a) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos;
- b) Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- d) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Não possui em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
- f) Até a presente data não possui fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, pela administração, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a

Proc: _____ Fls: _____

Ass: _____

Setor de Licitações

Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- g) Tem ciência que "a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.
- h) Teve acesso a todos os documentos que compõem o Edital e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o execução da obra, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão Eletrônico, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.

_____, em ____ de _____ 2026.

(representante legal).

Setor de Licitações

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIADA PELA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

À Prefeitura Municipal de Cantagalo

Concorrência Eletrônica: 90034/2026

Processo: 197/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela rede socioassistencial do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos usuários dos serviços, programas e benefícios da política de assistência social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

A empresa xxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a)xxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx do CPF nº xxxxxxxx, DECLARA, sob as penas da lei, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º, art. 4º da Lei nº 14.133/2021 .

_____, em ____ de _____ 2026.

(representante legal).

Setor de licitações

ANEXO VII

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo VIII).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Ata de Registro de Preços;

3.1.7 Cientificar a Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Setor de licitações

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

3.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. Executar o objeto da contratação obedecendo às especificações constantes deste instrumento substitutivo ao contrato, da Ata de Registro de Preços nº...../2026, Edital de Pregão nº 900xx/26 e seus Anexos que o precederam e que o integram, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.7 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Setor de licitações

- 4.1.8 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.9 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.10 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.11 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.15 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.16 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.18 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.19 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

Setor de licitações

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Setor de licitações

8. FORO

8.1. Fica eleito o foro da Comarca de Cantagalo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



Setor de licitações

ANEXO VIII
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital e Anexos, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços a que se refere o Pregão Eletrônico nº 90034/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .